

EDITORIAL

A 37^a edição da Revista UNIVERSITAS inicia suas reflexões com artigo intitulado *A terceirização e a pejetização nas relações de trabalho*, que pretende demonstrar que a prática da pejetização fraudulenta, baseada na simulação de terceirização para ocultar autêntica relação de emprego, precisa ser combatida nas relações de trabalho para não servir como instrumento de supressão de direitos trabalhistas.

A instauração do incidente de desconsideração de pessoa jurídica para a inclusão de empresas do grupo econômico na execução trabalhista estuda a possibilidade de inclusão no polo passivo da execução trabalhista de empresas integrantes de mesmo grupo econômico que não participaram da fase de conhecimento do processo. Serão analisados julgados do Supremo Tribunal Federal (STF), entre os quais o do recurso extraordinário nº 1.387.795/MG, que resultou no Tema 1232, proferido com efeitos de repercussão geral.

A obrigatoriedade do voto e a liberdade do eleitor analisa os posicionamentos favoráveis e contrários à obrigatoriedade do voto na sociedade brasileira, à luz do direito fundamental da liberdade do eleitor como cidadão. Embora a facultatividade do voto seja considerada a alternativa mais viável, sua implementação suscita debates na sociedade e os argumentos das diferentes correntes de pensamento serão abordados neste estudo.

A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no comércio eletrônico tem como objetivo analisar o impacto da LGPD no comércio eletrônico brasileiro, com ênfase nos desafios enfrentados pelas empresas que operam no meio digital.

O limite das decisões judiciais: uma análise do efeito devolutivo e a produção de provas Ex Officio dedica-se à análise do efeito devolutivo no recurso de apelação, com foco na possibilidade de o tribunal ad quem determinar, ex officio, a produção de provas em capítulos não impugnados. Investiga-se se tal atuação, embora não abrangida diretamente pelo objeto do recurso, encontra amparo no ordenamento jurídico sem ferir os princípios da congruência e da delimitação objetiva da lide recursal.

CogniLens: Uma Plataforma para Coordenação e Análise Automatizada de Tarefas discute o desenvolvimento, funcionalidades, arquitetura e potenciais impactos do CogniLens, além de explorar oportunidades de aprimoramento, bem como um conjunto de testes da aplicação. Como resultado pode-se observar a simplificação dos processos, a coordenação dos agentes de forma dinâmica e responsiva, *insights* relevantes em um modelo adaptável e com um bom nível de detalhamento.

A evolução dos direitos da mulher e sua aceitação na sociedade contemporânea trata sobre a história e evolução dos direitos da mulher no Brasil desde o Código Civil de 1916 até os dias atuais, demonstrando como eram as leis anteriormente e como foram conquistados os direitos que vigoram no século XXI. Tem por objetivo mostrar a árdua busca das mulheres por igualdade, apresentando o tratamento recebido pelas mulheres durante a vigência do Código Civil de 1916, face aos direitos que elas possuem na sociedade atual, no qual fora conquistado o direito à igualdade.